

Maria Beatriz Rocha-Trindade

Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência*

1. HIPÓTESE

Considerando uma região interior do Centro de Portugal, economicamente deprimida, onde se evidencia uma forte tendência para o despovoamento demográfico, encontra-se uma aparente relação directa entre a ocorrência de correntes de migração interna e uma intensa actividade associativa.

Entendemos explorar a hipótese de a intensidade do associativismo decorrer das dificuldades criadas pelas próprias carências do subdesenvolvimento (de que as migrações, designadamente as internas, são um indicador óbvio) e, igualmente, considerar o associativismo como estratégia consciente para a congregação de presenças e de esforços que, de outro modo, se encontrariam perdidos ou dispersos.

2. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E SOCIAL

A região que consideramos situa-se no Norte de um espaço geográfico com características algo homogéneas designado por Zona do Pinhal (mapa 1) e abrange as áreas de quatro concelhos — Tábua, Arganil, Góis e Pampilhosa da Serra — associados, do ponto de vista do apoio técnico que lhes é prestado pela Comissão de Coordenação da Região Centro, num único agrupamento de municípios sediado em Arganil.

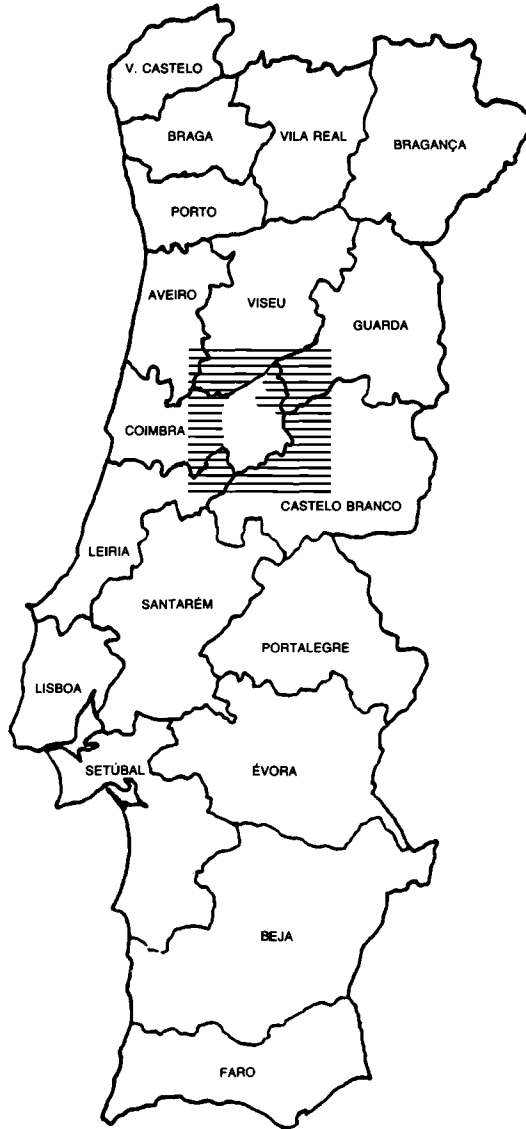
Utilizaremos para esta entidade geográfico-administrativa a designação informalmente aplicada de Região em estudo.

A Região caracteriza-se por um perfil orogénico muito acentuado (seras do Açor e da Lousã, com picos superiores a 1200 m), do que resulta uma cobertura vegetal irregular, com revestimento florestal nas encostas (exceptuando as que foram desnudadas pelo fogo nos últimos anos¹, ou as que têm insuficiente profundidade de solo) e vários outros tipos de cultivos nas zonas planas e vales intermédios.

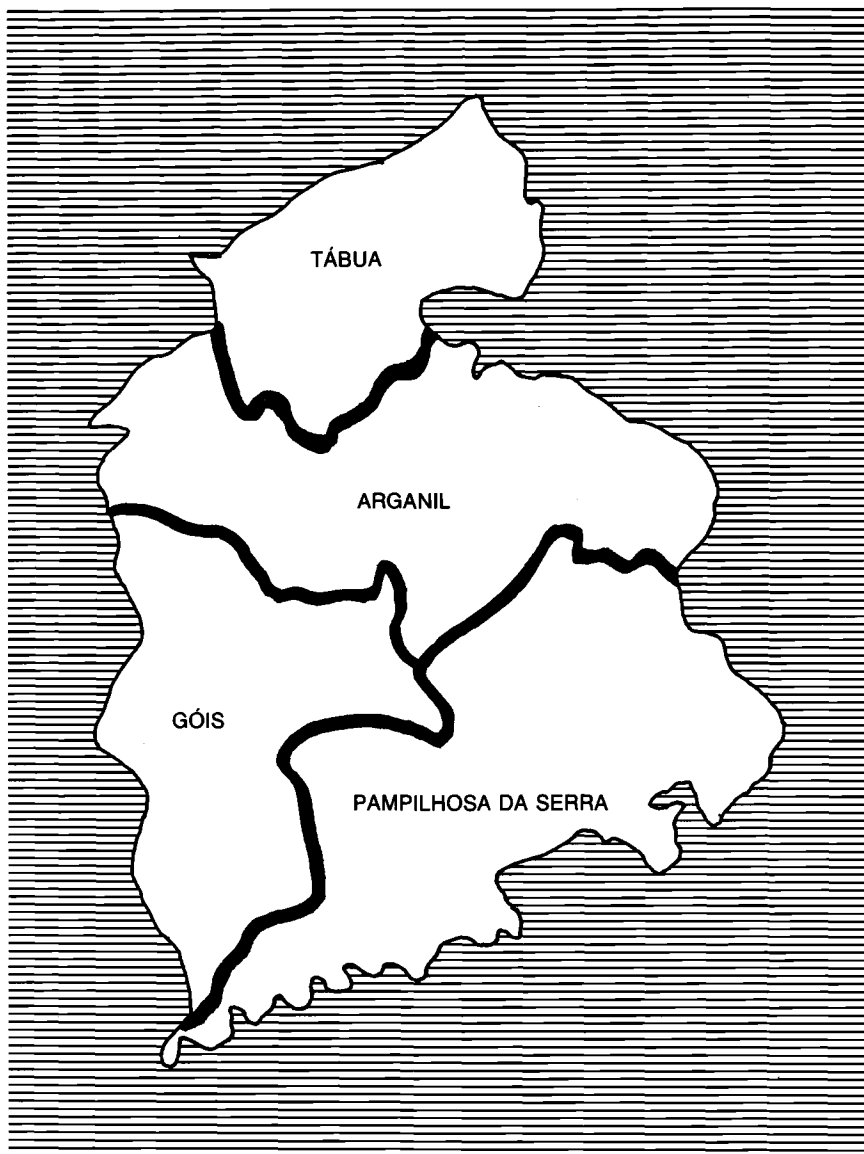
* Este artigo apresenta resultados parciais de um projecto de investigação em curso no Instituto de Ciências Sociais, subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

¹ Apenas entre 1975 e 1983 a área afectada pelos incêndios florestais no Agrupamento dos concelhos de Arganil representa 50,5% da área total da Região.

[MAPA 1]



concelhos de Arganil



INDICADORES ESTATÍSTICOS²

Área total da Região	1 194,72 km ²
População residente (1981)	42 890 hab.
População do aglomerado principal (Arganil)	1 822 hab.
Número de aglomerados com mais de 500 habitantes	7
Número de lugares com menos de 500 habitantes	492
Média de habitante/aglomerado com menos de 500 habitantes	70
Habitantes isolados	2 130

(Os dados acima justificam a afirmação de que o povoamento é esparso)

Explorações agro-florestais:

Número	11 496
Superfície total	64 974 ha

Produções (valor em contos dos principais produtos transaccionados):

Agricultura:

Batata	130 012
Forragens	48 840
Milho	24 752
Feijão	13 086
Azeite	3 431

Silvicultura:

Madeira em toros	80 411
Resina	44 936
Madeira para pasta	36 403
Lenha	16 718

Pecuária:

Gado suíno	67 336
Gado ovino	31 603
Gado caprino	20 755
Gado bovino	18 514

Actividade industrial:

Total de empresas	246
das quais:	
Transformadoras de alimentação	124
Fiação e malhas	44
Madeiras e carpintaria	43
Serralharia	22

Valor acrescentado bruto: 219 000 contos

Esparadamente povoada, a região tem decerto uma das piores redes viárias de todo o País, quer em termos de insuficiência de ligações, quer de exagerada dimensão das malhas, de dificuldades de traçado e de má qualidade geral (mapa 2)³.

² Fontes: *Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Pinhal*, Coimbra, CCRC, 1984; *Agrupamento de Concelhos de Arganil. Hierarquia de Centros e Áreas de Influência*, Coimbra, CCRC, 1982.

³ Não é por acaso que a chamada «prova classificativa de Arganil» é uma das mais clássicas e das mais selectivas do Raly de Portugal.

A implantação industrial é muito fraca, como negativos são muitos dos clássicos indicadores de desenvolvimento: distribuição dos lugares centrais, parcelamento e tipo de exploração agrícola, mecanização da lavoura; indústrias transformadoras e actividades comerciais, rede de instituições de saúde e de estabelecimentos de ensino; existência de esgotos e de água canalizada, número de telefones, número de veículos.

Verificamos assim encontrarem-se concentradas na região quase todas as características conducentes à tendência para o despovoamento por via do êxodo migratório.

Na realidade, assim é desde 1940, e de maneira particularmente acentuada a partir dos anos 60 (acompanhando nesse último aspecto a tendência geral do País).

Algo de particular caracteriza a fuga de população que se tem vindo a processar na região: a grande importância da migração interna para Lisboa.

No que respeita às migrações para o exterior do território continental de que se conhecem, para épocas mais recuadas, as tendências gerais do distrito, podem salientar-se as partidas para Angola e Moçambique e alguma emigração para o Brasil.

Em tempos recentes, o conhecimento de números mais exactos permite assinalar uma certa componente de emigração para a Europa, sobretudo no Norte e Leste da Região.

Na realidade, os filões da emigração europeia desta área desenvolvem-se apenas ao longo de eixos geográficos bem determinados: o primeiro situado ao redor da estrada nacional n.º 17 (conhecida por estrada da Beira), que passa a norte de Arganil; o segundo, a leste do concelho de Pampilhosa da Serra (freguesia de Dornelas do Zêzere, Janeiro de Baixo e Unhais-o-Velho), não longe do núcleo industrial das Minas da Panasqueira.

Num e noutro caso pode considerar-se existirem condições para a ruptura do isolamento social característico da Região: tal aconteceu devido quer à frequência de passagem de engajadores pela estrada da Beira, quer à concentração intensiva de mão-de-obra na referida zona mineira. Não é igualmente de excluir, para os dois casos assinalados, a proximidade de populações com fortes taxas emigratórias e que, inevitavelmente, influenciaram os seus vizinhos⁴.

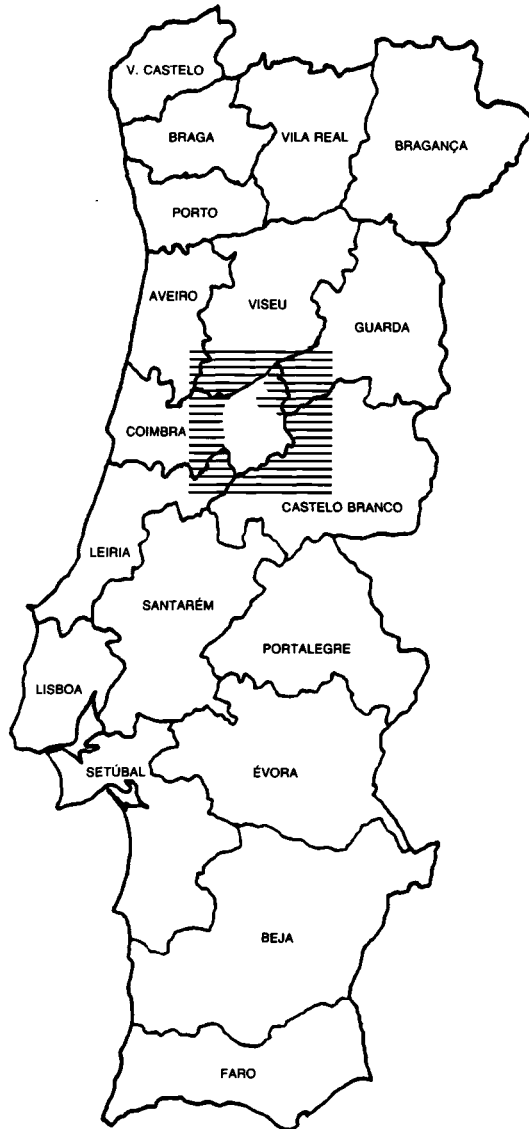
Creemos, no entanto, que não foi apenas o isolamento a que estiveram votadas as populações serranas da Lousã e do Açor que as inibiu de responder ao forte atractivo e apelo da emigração para a Europa, característico da década de 60; sobretudo se considerarmos que as condições locais eram extremamente adversas, o que impulsionava (como, aliás, se verificou) o abandono parcial ou mesmo a total desertificação de grande número de lugares (P. Monteiro, 1985)⁵.

Na realidade, a evidência aponta no sentido de se ter oferecido aos naturais da Região, por via de tradição bastante anterior, uma alternativa válida menos arriscada e implicando aparentemente maior facilidade e menor sacri-

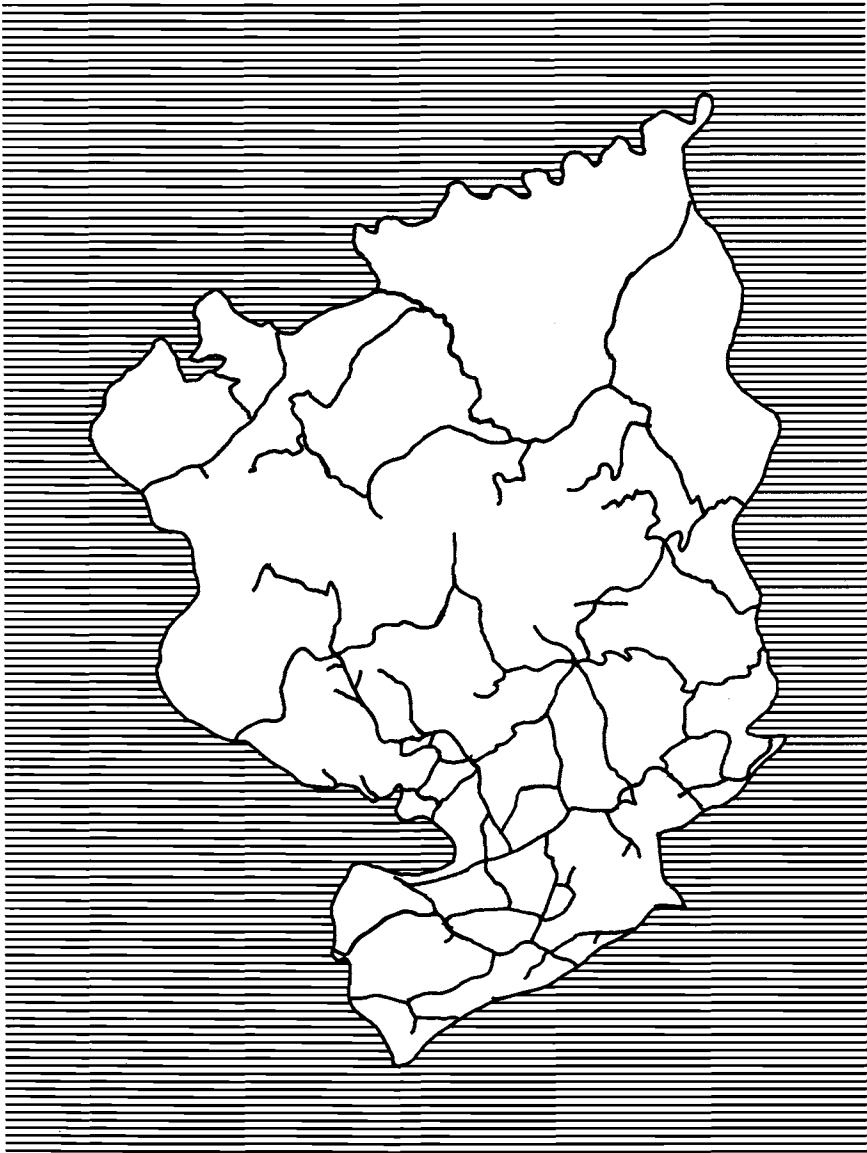
⁴ Por exemplo: Santa Comba Dão tem 58 emigrantes saídos entre 1960 e 1969 por milhar de residentes; Carregal do Sal, 92 (concelhos mais próximos do concelho de Tábua). Na proximidade de Pampilhosa da Serra: Fundão, com 170, e Covilhã com 137.

⁵ Veja-se, em especial, o capítulo «O abandono», pp. 237-242.

[MAPA 2]



Agrupamento de Arganil



fício do que a mudança de país: referimo-nos à migração para Lisboa, a que poderíamos chamar «solução de partida», que consideramos, aliás, característica na zona em estudo.

3. DESPOVOAMENTO

A análise do quadro n.º 1 e dos gráficos apresentados adiante, onde se representa a evolução demográfica em cada um dos quatro concelhos do Agrupamento e o seu total, a partir do Censo de 1911, evidencia uma nítida tendência para o despovoamento continuado. Para tal contribuíram as migrações internacionais (cujos quantitativos são estimados no quadro n.º 2), que apenas se podem considerar algo significativas nos concelhos de Tábua e de Pampilhosa da Serra.

Porém, ao confrontar os números acima com os decréscimos populacionais verificados para o agrupamento em geral e para cada um dos seus concelhos em particular, verifica-se que o fenómeno essencialmente responsável pelo despovoamento é a migração interna; para esta, no entanto, é difícil obter uma quantificação por outro método que não o da simples diferença, tidos em conta os saldos fisiológicos contabilizados. De qualquer modo, os números obtidos representarão ainda uma estimativa por defeito do montante do êxodo rural, já que entre os dois últimos censos realizados ocorreu um contributo de povoamento proporcionado pela reinstalação nos concelhos de um número de retornados do ultramar, que veio atenuar as consequências do anterior abandono da Região.

Evolução demográfica dos quatro concelhos do Agrupamento de Arganil

[QUADRO N.º 1]

Agrupamento de concelhos de Arganil	Anos				
	1911	1940	1960	1870	1981
Tábua	17 533	17 330	15 869	12 441	13 304
Arganil	21 359	20 871	19 438	15 747	15 652
Góis	12 466	12 183	9 744	6 955	6 433
Pampilhosa da Serra	13 444	15 035	13 372	9 303	7 337
Total	64 802	65 419	58 423	44 446	42 726

Fonte: *Informação Urbanística de Base*, GAT de Arganil, Coimbra, CCRC, 1982.

Agrupamento de concelhos de Arganil — migração internacional

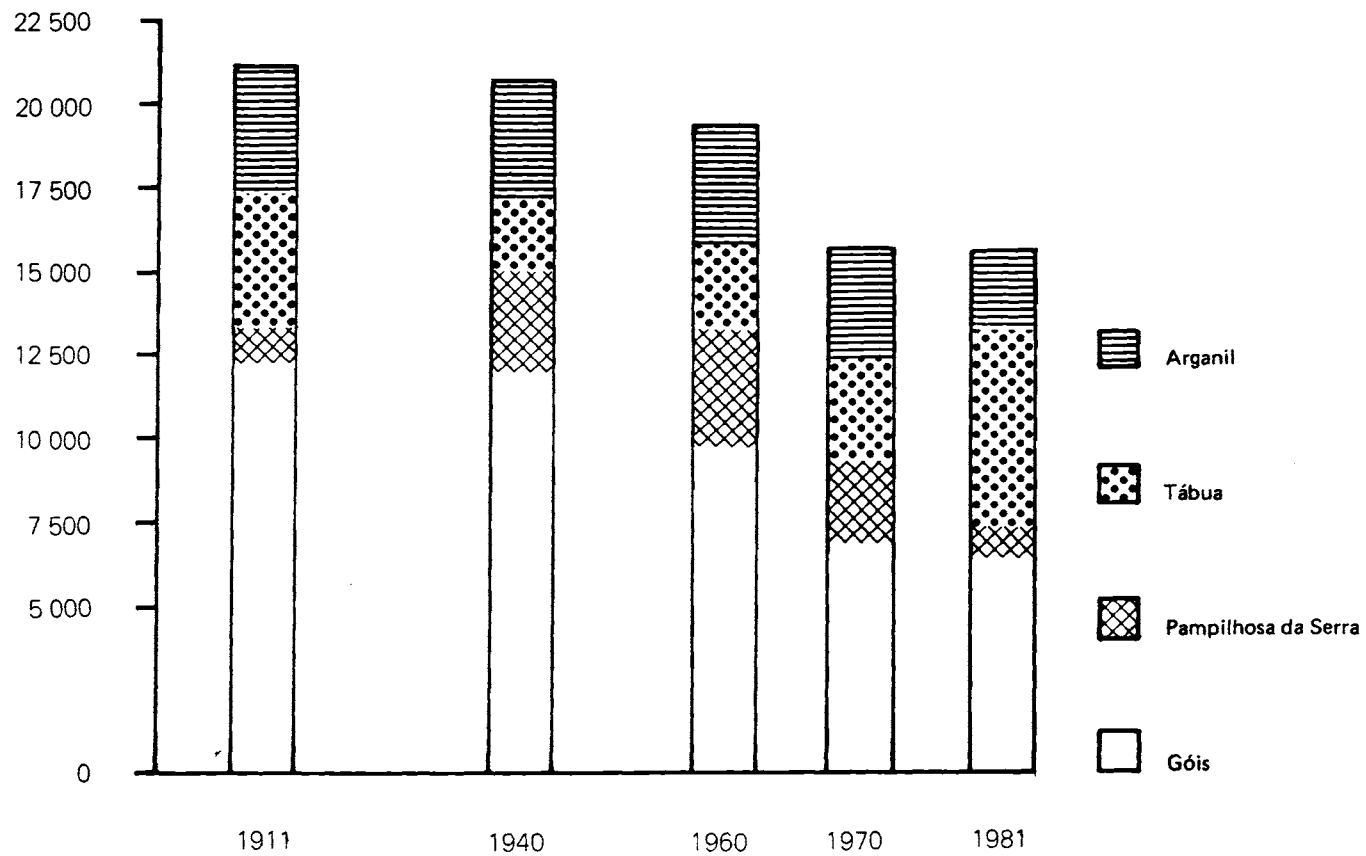
[QUADRO N.º 2]

Agrupamento de concelhos de Arganil	Migração internacional (legal)					
	1955-64		1965-74		1975-79	
	Europa	Outros continentes	Europa	Outros continentes	Europa	Outros continentes
Tábua	22	375	364	13	24	59
Arganil	18	281	222	161	44	48
Góis	9	117	121	19	2	9
Pampilhosa da Serra	1 831	103	671	47	25	21

Fonte: *Boletim Anual da Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas*, 1955-79.

[MAPA 3]

Evolução demográfica dos quatro concelhos do Agrupamento de Arganil



Existe uma outra razão para que não sejam necessariamente correctas quaisquer estimativas dos montantes da migração interna. Na realidade, estando situados num país onde existe completa liberdade de movimentação no interior do território e uma total ausência de controlo sobre o exacto local de residência de cada cidadão, torna-se possível a posse de habitações alternativas em zonas geográficas distintas ou distantes, apenas dependendo de declaração expressa do próprio a definição de qual delas constitui seu lugar de residência.

São expressivos os números do último censo de população que referem os alojamentos do Agrupamento de concelhos, onde se verifica, como regra geral, não terem ocupação permanente mais de dois terços do número total de alojamentos (quadro n.º 3).

Agrupamento de concelhos de Arganil — alojamentos

[QUADRO N.º 3]

Agrupamento de concelhos	Número de alojamentos			
	Residência habitual	Uso sazonal	Ocupante ausente	Vagas
Tábua	4 224	1 117	505	447
Arganil	5 113	2 060	146	532
Góis	2 350	1 302	141	557
Pampilhosa da Serra	2 725	1 251	271	163

Fonte: Censo de 1981, INE.

Por conseguinte, a localização dos destinos e quantitativos prováveis da migração interna só é possível fazer-se por trabalho de terreno, quer junto das localizações de origem, quer, *a posteriori*, nos locais de destino onde se tenham vindo a fixar (A. Alarcão, 1964).

Sabendo-se que Lisboa é o principal pólo de instalação dos migrantes internos da Região, não é possível realizar um levantamento sistemático e exaustivo que forneça o seu número e localização exactos no seio do seu milhão de habitantes.

Para o investigador, a solução pragmática é a procura de núcleos associativos ou residenciais específicos que permitam, embora certamente com erro por defeito, detectar e contabilizar os oriundos dos concelhos do Agrupamento. Foram assim localizados em Lisboa a Casa da Comarca de Arganil, as Casas do Concelho de Pampilhosa da Serra e do Concelho de Góis e a Casa dos Tabuenses, agremiações regionalistas a partir das quais se desenvolveu o processo de procura e sistematização dos dados referentes à migração interna.

Estas instituições funcionam como pólos de enquadramento e apoio de associações de menor dimensão e cujo número muito considerável, ligado a uma certa identidade de objectivos e a uma referência comum de modos de organização e de actuação, levaram a considerar o associativismo regionalista como um complexo de variáveis e parâmetros extremamente relevantes para o estudo das migrações internas da Região.

4. REGIÃO, REGIONALISMO, REGIONALIZAÇÃO

Impõe-se, nesta fase de aproximação do tema, tentar clarificar e compatibilizar os conceitos advindos de representações sociais consensualmente

aceites ao nível dos planos locais, com os estabilizados por via administrativa e operacionalmente adoptados nas políticas e projectos actuais de ordenamento legal do território.

Se considerarmos a designação REGIÃO como exterior a qualquer conceptualização erudita (que distinguisse, por exemplo, entre os parâmetros de determinação fisiográfica, antropogeográfica ou climatérica), somos conduzidos a uma noção de «região» como entidade complexa, mas diferenciada em relação às vizinhas, no próprio entendimento dos seus habitantes. Ainda no plano de uma definição endógena, o REGIONALISMO constituiria a tendência para considerar unicamente, ou para fazer prevalecer, os interesses da «região» que cada um ou cada grupo considera «sua», aquela onde se nasceu, aquela a que se está ligado por educação e sentimento, a que emocionalmente constitui o referencial dos valores que condicionam comportamentos e pautam existências.

Como é óbvio, os conceitos acima divergem dos que decorrem de uma intenção de REGIONALIZAÇÃO do território, visando coordenar e planificar adequadamente políticas e acções ordenadas de desenvolvimento que, devido à especificidade das várias parcelas do País, terão de receber tratamentos objectivos diferenciados em termos de regiões. É esta a base de qualquer esforço sistemático e organizado de desenvolvimento regional, em que a definição administrativa dos contornos físicos das regiões é obviamente um requisito primordial. Por conseguinte, importa considerar que, nos termos da presente análise, adoptamos as designações REGIÃO e REGIONALISMO na acepção vulgar primeiramente enunciada.

A importância local do regionalismo evidencia-se na sua recorrência constante na memória das pessoas e nos escritos que lhes respeitam⁶: muitas das associações se definem expressamente como regionalistas; o mesmo epíteto aparece ligado aos nomes de líderes locais ou ao de benfeitores; também caracteriza a problemática do desenvolvimento em si próprio ou de qualquer actuação que tenda à melhoria de condições locais, à congregação informal ou formalizada de pessoas, à mobilização de vontades. Com funções substantivas ou caracterizações adjectivas, o regionalismo aparece como um motor responsável ou inspirador de acções construtivas, estando-lhe associada uma conotação essencialmente positiva⁷.

Note-se, no entanto, que as fronteiras e o raio de influência do regionalismo têm extensão difusa e mesmo variável: é invocado tanto para a promoção de um melhoramento puramente local (e aqui a região contrai-se até uma dimensão quase microscópica), como para a defesa de interesses muito mais alargados, abrangendo o concelho, o Agrupamento, a Macrozona do Pinhal ou da Região Centro.

Parece, no entanto, dever chamar-se a atenção para as reais contradições que pode envolver, na prática das realizações locais, a identificação incorrecta dos dois conceitos de regionalismo e de desenvolvimento regional.

⁶ Destaque-se a exploração sistemática e continuada do tema por um dos principais jornais regionais, *A Comarca de Arganil*, cujo irradiamento é notável junto das colónias de emigrantes dentro e fora do País. Este tipo de imprensa constitui um meio privilegiado para a expressão e circulação de valores dominantes junto de leitores com a mesma origem regional (A. Alves, 1986).

⁷ «Regionalista é aquele [...] que, dentro ou fora do seu lar paterno, a ele se acha indissoluvelmente vinculado por fortes laços de ordem moral e material e sob esta prisão livremente consentida se sente satisfeito [...] por contribuir para o progresso da sua aldeia.» (Cipriano Nunes Barata, 1974, p. 2.)

Em conclusão, o primeiro dever-se-ia apoiar no conhecimento dos verdadeiros problemas com que as regiões se debatem, e não pautar as acções de âmbito restrito em juízos de sentimento, quando não de mera circunstância, o que frequentemente acontece (E. Castro Caldas e M. Santos Loureiro, 1963).

Este conflito de dimensões no espaço da geografia regional deve-se à forte relação personalizada que os naturais de um lugar lhe manifestam e que se sobrepõe e confunde frequentemente com ligações do mesmo tipo respeitantes a espaços concêntricos mais alargados.

5. ASSOCIATIVISMO REGIONALISTA

O primeiro indicador da existência de uma relação directa entre o associativismo regionalista e o desenvolvimento de fortes correntes migratórias para a zona da Grande Lisboa advém do facto de as estruturas agremiadas ou federativas de maior dimensão referentes aos concelhos do Agrupamento terem as suas sedes instaladas na capital.

A maior destas estruturas é aquela que toma como base a anterior delimitação comarcã, abrangendo os concelhos de Arganil, Góis e Pampilhosa da Serra: a Casa da Comarca de Arganil, fundada em Dezembro de 1929. Imediatamente na ordem seguinte de dimensão contam-se a Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra, a sua homónima de Góis e ainda a Casa dos Tabuenses.

Dos estatutos da primeira destas federações (a Casa da Comarca de Arganil) respiga-se a enunciação dos objectivos definidos no artigo 2.º:

A Casa da Comarca de Arganil é uma associação fundamentalmente regionalista, de propaganda, iniciativa, defesa e valorização, destinada a estudar, promover, auxiliar ou defender quaisquer actos ou medidas tendentes à solidariedade da colónia arganilense em Lisboa, ao aperfeiçoamento moral e material dos seus associados e ao engrandecimento, aperfeiçoamento e prestígio dos referidos três concelhos da comarca de Arganil e seus naturais⁸.

No escalão inferior de dimensão do associativismo regionalista conta-se um número muito considerável de uniões, sociedades, grupos, ligas e comissões, instituídos ao nível de concelhos, de freguesias e de lugares, na generalidade federados nas casas-mães em Lisboa anteriormente mencionadas.

Se bem que as associações dos lugares de menor dimensão populacional tenham, em geral, vocações polivalentes nos domínios cultural, recreativo, desportivo e nos referentes ao desenvolvimento local, foi neste último terreno que mais se concentraram os objectivos, os esforços e as acções; daí que a expressão «comissão de melhoramentos» seja, de longe, a mais frequentemente utilizada como designação dessas instituições.

A razão de existir deste tipo de associativismo fundamenta-se na procura do progresso e do desenvolvimento locais, com vista à satisfação de necessidades materiais colectivas de ordem infra-estrutural, diariamente sentidas pelas populações (carências de estradas e caminhos, de pontes, de abas-

tecimento de água, de electricidade, de escolas, etc.). Poderá então questionar-se qual a necessidade real de criação destas estruturas com carácter essencialmente privado, quando idênticas vocações e acções deveriam mais propriamente dizer respeito ao poder local formalmente constituído: assembleias e juntas de freguesia, assembleias municipais e respectivas câmaras.

Pode supor-se então que a criação de estruturas paralelas responde a juízos de falta de resposta, de empenhamento ou de capacidade de intervenção das instituições formais do poder local, criando-se daquele modo grupos de pressão ou até de intervenção complementar ou alternativa para a satisfação de anseios carentes de resposta adequada. Em abono deste ponto de vista verifica-se o facto frequente de ligas ou comissões de melhoramentos originariamente constituídas nos lugares a que respeitam e que, posteriormente, transferiram as suas sedes para Lisboa: tal resulta de os seus líderes principais se terem vindo a fixar na capital, onde, aliás, se encontrarão substancialmente mais próximos dos reais centros de decisão ou de influência. É de notar a potencialidade que encerram certos espaços sociais, no que se refere aos efeitos que permitem desenvolver na esfera política, ainda que nem todos os que neles participam tenham disso perfeita consciência.

Assim é que associações que primeiramente tiveram sede na correspondente freguesia ou lugar e uma delegação em Lisboa (quando fosse caso disso) acabaram por inverter a hierarquia dos locais, passando as sedes para Lisboa e as delegações para a Região. Uma vantagem clara decorre desta evolução: as associações multiplicam as suas acções, que se não limitam ao desenvolvimento local, mas também ao suporte e apoio directo dos contereâneos fixados na área da Grande Lisboa e à manutenção dos laços e relações destas com as terras de origem.

Agrupamento de concelhos de Arganil — movimento associativo

[QUADRO N.º 4]

Agrupamento de concelhos	Número de freguesias	Número de comissões de melhoramentos	Número de associações de outros tipos	Freguesias com fraco movimento associativo
Tábua	15	34	11	Carapinha, Espariz, São João da Boa Vista, Sinde
Arganil	18	71	27	São Martinho da Cortiça, Pinheiro da Beira
Góis	5	59	3	—
Pampilhosa da Serra	10	56	18	Dornelas do Zêzere

Fonte: *Informação Urbanística de Base*, GAT de Arganil, Coimbra, CCRC, 1982.

Assim, curiosamente, muitas pequenas associações acabaram por seguir o modelo original da sua predecessora principal — a Casa da Comarca de Arganil, sediada em Lisboa —, significando deste modo a importância que reconhecem a uma substancial migração interna.

6. A MIGRAÇÃO PARA LISBOA

No quadro genérico das migrações, em que se inclui a migração internacional, é um facto conhecido que, nos primeiros tempos, as populações envolvidas tendem a procurar os mesmos lugares de fixação, a reconstituir grupos, a continuar relações que facilitem a sua iniciação no mundo do trabalho e das quais esperam obter as novas regras de sociabilidade (J. Katuszewski e R. Ogien, 1978). Assim, a concentração em áreas urbanas bem determinadas de comunidades migrantes com a mesma origem rural permite localizar e delimitar zonas de nova residência, de certa maneira homólogas das terras de proveniência (M. B. Rocha-Trindade, 1973, 1976; J. Arroiteia, 1983).

Mesmo assim, a densidade populacional e a extensão de uma grande cidade como Lisboa obrigam a um mínimo de dispersão de residências e de contactos sociais, que não são comparáveis com as relações de vizinhança características de uma aldeia serrana; tenderiam assim a perder-se, em grande parte, os quadros restritos em que se manifestavam, por exemplo, colaborações e competitividades.

A fixação dos primeiros núcleos desta gente da Serra em Lisboa fez-se na parte oriental da cidade (Mouraria, Alfama e Graça), onde ainda hoje reside uma significativa colónia (A. Firmino Costa, 1984)⁹. As instalações portuárias e as actividades da estação dos caminhos-de-ferro que ligam a capital ao Centro e Norte do País constituíam mercados de trabalho adequados à absorção de mão-de-obra indiferenciada (aliás, a mais característica do mundo rural).

Conterrâneos e familiares foram assim estabelecendo a urdidura primeira de um tecido de malha progressivamente mais apertada, em que se iam inserindo novas levas de recém-chegados. Os «novos» aproveitavam das experiências já vividas pelos «veteranos», que, além disso, lhes facilitavam instalação (mesmo que temporária), contactos no mundo do trabalho e enquadramento geral.

As relações de parentesco ocuparam sempre um lugar importante na organização material das instalações dos migrantes, não podendo, por isso, ignorar-se o seu carácter utilitário e função instrumental (P. Prado e G. Barbichon, 1978, p. 167). Na realidade, os laços familiares têm desde sempre constituído o suporte das estratégias migratórias (M. Poinard e M. A. Hilly, 1983, p. 59).

Às facilidades que claramente daqui decorriam contrapunham-se, no entanto, os condicionamentos representados por uma certa predeterminação (ou quase ausência de opções alternativas) para a escolha de actividade profissional e a existência de um controlo social relativamente apertado (Pierre Bordieu, 1974).

Estes condicionamentos, afinal apenas decorrentes de um exercício activo de relacionamento por parentesco familiar ou de vizinhança, conduziram à interessante consequência de se poderem hoje ainda localizar, na região em estudo, lugares e aldeias com taxas de migração para Lisboa onde deter-

⁹ Mencionando especificamente Alfama, o autor refere ser «facilmente perceptível uma intensa corrente migratória [...] cujo maior fluxo é caracterizadamente originário das Beiras e, mais especificamente ainda, da região geográfica que Orlando Ribeiro designa por Cordilheira Central. Pampilhosa da Serra, Góis, Lousã são [...] alguns dos concelhos que mais migrantes têm enviado para Alfama» (*op. cit.* p. 14).

minadas profissões especializadas são absolutamente características: os pais de Tábuas, os pasteleiros de Arganil, os motoristas de táxi do concelho de Góis, os estivadores da parte sul do concelho de Pampilhosa da Serra.

Sendo a endogamia uma tendência que, mesmo hoje, continua a verificar-se em grande número de lugares, não é de estranhar que de tal tenha resultado uma forte correlação entre família e profissão. Aos laços familiares juntam-se os de comunidade de residência na origem; a estes, os de residência de destino e, em muitos casos, os de afinidade de profissão, constituindo-se verdadeiras estruturas concêntricas de solidariedades (J. Katuszewski e R. Ogien, 1981).

Não é, por conseguinte, inesperado que o associativismo se manifeste de maneira intensiva nestes meios, como uma estratégia de estreitamento de laços, de manutenção de solidariedades, de criação de oportunidades de convivência.

7. ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

A simples análise das actividades anuais desta rede associativa mostra que obtêm comparável expressão as iniciativas tendentes à introdução de melhoramentos na região e as que, parecendo proporcionar simplesmente motivos de encontro, actuam como mecanismos reprodutores que recriam formas originais de relação social. É de notar que a facilidade de comunicação característica dos nossos dias torna viáveis as deslocações frequentes entre a Serra e a capital, num e noutro sentido. Para os reformados ou inactivos admite-se, em muitos dos casos, a existência de residências alternativas, na Serra durante um ciclo temporal alargado, centrado sobre o Verão, e, em Lisboa, num ciclo mais curto de Inverno; para os restantes, as férias anuais são tipicamente passadas na aldeia, junto dos seus residentes permanentes.

Esta última situação assume um aspecto algo anómalo nos casos de aldeias e lugares que se despovoaram totalmente em razão da migração interna: referimo-nos ao seu reabrir temporário, de período anual, por razões que apenas se poderão considerar afectivas, já que de tal não decorre um benefício visível de ordem material.

De qualquer modo, poderemos talvez classificar os motivos de encontro consoante as épocas em que se situam: durante o ciclo de Inverno, razões de intempérie conduzem à organização de manifestações em local abrigado, tirando essencialmente partido da disponibilidade de espaços nas instituições federativas, sujeitos a uma calendarização rigorosa em razão da multiplicidade de pedidos; no ciclo de Verão, as manifestações são predominantemente ao ar livre.

Desta maneira, as festas dos oragos e outras do calendário anual acabaram por se deslocar para os meses de Agosto e Setembro, de forma a coincidirem quanto possível com os períodos de férias e proporcionarem considerável atracção de conterrâneos à região da Serra. Exceptuam-se destas tendências duas grandes festas fixas: o Natal, que conduz à reunião das famílias e que, por essa razão, pende para o local onde os maiores números se encontram (seja em Lisboa, seja na Serra); a festa de finados, em 2 de Novembro, que, impondo o dever de visita, arranjo e alindamento dos cemitérios, obriga a sua celebração nos locais de origem. Tornou-se assim habi-

tual fazer coincidir com esta data a realização de magustos que promovem a confraternização aldeã¹⁰.

Quanto às actividades que se realizam em Lisboa ou cercanias, predominam as refeições de periodicidade regular e os piqueniques, que aqui trazem excursões vindas de aldeias e lugares, transportando consigo as virtua-lhas características do gosto e da tradição serrana.

O leilão, que sempre tem o seu lugar nas festas de aldeia, é um local onde, mais do que o simples licitar de dádivas, se joga a posição relativa dos intervenientes. Dado que o objectivo final é a reunião de fundos para melhoramentos, os licitantes jogam o seu prestígio de beneméritos através de uma sobrevalorização desmesurada dos lances, sem qualquer relação com o valor intrínseco do objecto em causa (como exemplos, o preço de arrematação final de quatro laranjas em dado leilão atingiu os 100 000 escudos; uma garrafa de brande corrente, 200 000 escudos).

Assim, tanto se joga e afirma a capacidade económica dos licitantes, como a sua colocação relativa numa escala de prestígio social; parece desejar-se obter, por via daquele jogo e luta, uma recomposição corrigida de estruturas sociais já existentes em diferente contexto local e temporal, com renovados escalonamentos de poder.

Poderá dizer-se existir alguma contradição entre a atitude de competição pública, de afirmação individual não isenta de arrogância, e o explícito fim último de cooperação e de benemerência; mas não será inútil recordar que tudo reverte em favor da coesão de um grupo em luta contra o risco de perder a sua identidade e que esta inclui, de certa forma, o reconhecimento da sua estruturação original.

8. CONCLUSÕES

A iniciativa e a condução de todas as actividades, interesses e procuras de realização individual e colectiva que descrevemos encontram-se fortemente centradas nas estruturas associativas. Estas, para além da satisfação dos seus expressos fins estatutários, constituem um espaço de convívio que permite reorganizar formas de relação anterior a que assim é dada continuidade.

Aí se mantêm contactos, se ajustam alianças, se exprimem conflitos, se estabelecem competitividades, se reafirmam antigas ou se afirmam novas lideranças.

Transferem-se deste modo para o espaço associativo, de cariz regionalista, formas de interacção pautadas por mecanismos de convivência já experimentados e que, em termos de poder simbólico, remetem para processos profundamente enraizados na estrutura das terras de origem (J. Ferreira de Almeida, 1984, p. 607).

Constituindo factor de identificação comum a mesma origem serrana, foi amadurecendo e foi-se instituindo o conceito de regionalismo, cujo poder operacional catalisou aderências e levou a participações empenhadas.

¹⁰ Actos ritualizados de natureza profana e religiosa motivam a realização de diversas deslocações de Lisboa às terras de origem, ao nível individual ou colectivo.

A simbologia da relação entre membros da comunidade é assim reforçada nesta data de encontro, que de novo junta residentes e ausentes.

Ver igualmente *Manjares Cerimoniais de Todos os Santos e Fiéis Defuntos*, E. Veiga de Oliveira, 1984, pp. 179-191.

As associações são instrumentos activos e operadores do espírito regionalista, traduzindo em acções concretas os *desiderata* teóricos de um sentimento difuso de inclusão/afinidade, oriundo de uma conterraneidade anterior. A despeito da separação e dispersão relativa a que o êxodo rural obrigou, a rede associativa recria artificialmente comunidades de outro modo condenadas à desapareição. Embora o sentimento de pertença seja mais idealizado do que traduzido por razões palpáveis, ele serve de motivação para ocasiões de encontro, para a construção de melhorias e para enquadramento de dispersos.

Sendo o associativismo aparentemente apenas uma estratégia de agregação, acaba afinal por dar origem a uma nova forma de relação campo-cidade, numa dualidade de coexistência ou, se se preferir, de compatibilidade entre formas de viver e de actuar afastadas e diversas.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Alberto de

- 1964 «Êxodo rural e atracção urbana no continente», in *Análise Social*, vol. II, n.ºs 7 e 8, pp. 511-573.

ALVES, Aníbal

- 1984 *Presse Régional et Émigration, Analyse Sémiotique du Discours sur les Émigrants dans les Journaux de Braga*, Louvain-la-Neuve, Cabay Libraire-Éditeur, 264 pp.

ARROTEIA, Jorge

- 1984 *Os Ílhavos e os Murtoseiros na Emigração Portuguesa*, Aveiro, ADERAV, 240 pp.

BARATA, Cipriano Nunes

- 1974 *Memórias de Um Velho Regionalista*, Lisboa, 226 pp., separata de *Comunidades Portuguesas*.

BOURDIEU, Pierre

- 1974 *Sociologie de l'Algérie*, Paris, PUF.
1982 *Ce que Parler Veut Dire. L'Économie des Échanges Linguistiques*, Paris, Fayard, 244 pp.

CAETANO, Miguel, *et al.*

- 1982 *Regionalização e Poder Local: Estudo Realizado para a Presidência da República*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 157 pp.

CASA DA COMARCA DE ARGANIL

- 1954 *XXV Aniversário*, Lisboa, 320 pp.

CASTRO CALDAS, Eugénio, e LOUREIRO, M. dos Santos

- 1963 *Níveis de Desenvolvimento Agrícola do Continente Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, 225 pp.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

- 1982 *Debate Público sobre Regionalização. Relatório Regional*, Coimbra, Comissão Coordenadora Regional do Centro, 189 pp.
1983 *A Região Centro em Mapas e Números*, Coimbra, Comissão Coordenadora Regional do Centro, 184 pp.

COSTA, António Firmino

- 1984 «Alfama: entreposto de mobilidade social», in *Cadernos de Ciências Sociais*, Edições Afrontamento, n.º 2, Dezembro de 1984, pp. 3-35 (separata).

- FERREIRA DE ALMEIDA, João
 1984 «Classes sociais, votos e poder: um espaço camponês», in *Análise Social*, vol. XX, n.º 84, pp. 583-619.
- GABINETE DE APOIO TÉCNICO DE ARGANIL
 1982 *Informação Urbanística de Base*, vols. I-V, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 53 pp.
 1985 *Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Pinhal*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 50 pp.
- KATUSZEWSKI, Jacques, e OGIEN, Ruwen
 1978 *Réseau Total et Fragments de Réseaux. La Formation et le Développement de Réseaux Sociaux d'Immigrants dans des Centres Urbains*, Provence, Université de Provence (CERESM), 187 pp.
 1981 *Réseaux d'Immigrés. Ethnographie de Nulle Part*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 190 pp.
- MONTEIRO, Paulo
 1985 *Terra Que Já Foi Terra*, Lisboa, Edições Salamandra, 290 pp.
- POINARD, Michel, e HILLY, Marina
 1983 «Réseaux informels et officiels dans la communauté portugaise en France», in *Espace, Populations, Sociétés*, pp. 57-68.
- PRADO, Patrick, e BARBICHON, Guy
 1978 *Vivre sa Ville. Migrants Bretons et Champ Urbain*, Paris, Centre d'Ethnologie Française, CNRS-DGRST, 219 pp.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz
 1973 *Immigrés Portugais*, Lisboa, ISCSP, 163 pp.
 1976 «Comunidades migrantes em interação dipolar», in *Análise Social*, vol. XII, n.º 48, pp. 983-997.
- SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL
 1983 *Relatório Nacional do Debate Público sobre Regionalização*, Lisboa, 88 pp.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
 1955-79 *Boletins Anuais*, Lisboa.
- VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto
 1984 *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 357 pp. (*Portugal de Perto*, n.º 6).